

Espaço urbano, sujeito e dicionário: definição e formas do silêncio

José Horta Nunes (UNESP – São José do Rio Preto)*

Resumo: Neste trabalho é analisado um conjunto de definições lexicográficas de sujeitos que se encontram no espaço público urbano, mostrando-se de que modo eles são significados. Após a identificação das formas sintático-enunciativas dos enunciados definidores, estas foram agrupadas em séries e analisadas discursivamente. Em seguida efetuou-se uma reflexão sobre as formas de silêncio em duas instâncias: a da formulação da definição e a da relação da definição com textos em circulação na atualidade. As análises levaram a observar as lacunas do dicionário, as divergências entre os enunciados definidores e as diferentes posições a partir das quais os sujeitos e o espaço público são definidos.

Palavras-chave: espaço público urbano; sujeito; dicionário; silêncio.

1. Espaço urbano, sujeito e dicionário

O processo de urbanização por que passaram as cidades brasileiras no século XX levou a transformações significativas no modo de os sujeitos serem constituídos e significados. Colocamos aqui a questão de saber de que modo o dicionário é sensível a essas transformações, como ele é afetado pelas novas formas de subjetivação e de organização do espaço? Mais especificamente, vamos nos deter na análise do modo como os sujeitos que se encontram no espaço público são definidos. Para isso, selecionamos algumas palavras do dicionário **Aurélio Século XXI - o dicionário da língua portuguesa** (Ferreira, 1999) que significam sujeitos que se encontram no espaço público urbano.

Neste trabalho vamos nos limitar à análise desses verbetes, esperando acrescentar posteriormente outros verbetes ao corpus. O recorte efetuado se deu a partir das seguintes questões: como sujeito e espaço são significados nesses verbetes? De que modo a definição lexicográfica funciona discursivamente na construção dos sentidos atribuídos a esses sujeitos e espaços? Por fim, perguntamo-nos sobre as formas de silêncio observáveis no funcionamento das definições: como a definição, ao dar sentido a certos espaços e sujeitos, silencia outros sentidos possíveis? Como isso ocorre pela materialidade linguístico-discursiva da definição?

A delimitar o espaço público urbano para análise, colocamos em jogo a relação dos sujeitos com a sua vivência espacial no cotidiano das cidades,

* Professor Doutor Assistente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – São José do Rio Preto).

tomando a conjuntura da cidade como condição de produção dos discursos. Como afirma E. Orlandi: "No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro" (ORLANDI, 2004, p. 11). O espaço, assim, não é visto como separado dos sujeitos que os preenchem, como um espaço abstrato, idealizado, mas sim como um espaço real em que os sujeitos se encontram afetados pelo simbólico e pela historicidade:

Consideramos, pois, que, discursivamente, o espaço significa, tem materialidade e não é indiferente em seus distintos modos de significar, de enquadrar o acontecimento. É pela aproximação do espaço com as condições de produção, que podemos ter uma noção de espaço não mais só tecnológica (cf. os cálculos dos urbanistas), mas significativa. Deixa de ser uma noção de espaço instrumental e idealista, sai-se do domínio dos projetos enquanto abstrações, e do construído, para a noção de processo de produção de um espaço em que entram as práticas públicas enquanto afetadas pelo simbólico, pela historicidade. Afetadas pelo real e pelo imaginário (ORLANDI, 2010, p. 06).

Isso nos conduz a observar nas definições o modo de o espaço urbano se apresentar imaginariamente como enquadramento para as práticas dos sujeitos, de modo que sujeito e espaço se constituem simbolicamente como sentidos da língua no dicionário.

2. O enunciado definidor e a significação do sujeito e do espaço

Da perspectiva discursiva, tratamos a definição lexicográfica como um "segmento de discurso". O enunciado definidor apresenta um regime de repetição e de variantes que fazem sentido, que produzem regularidades discursivas e imagens enunciativas dos sujeitos e da espacialidade urbana. As sistematicidades linguísticas selecionadas para compor as definições condicionam o funcionamento discursivo dos enunciados definidores, o que permite observar a posição do lexicógrafo em meio às formações discursivas em jogo. De acordo com Collinot e F. Mazière:

Se a estrutura gramatical particular de uma língua impõe escolhas significativas ao escritor; então a sintaxe da definição, em sua materialidade, tem algo a nos ensinar sobre as representações culturais e as posições do lexicógrafo na ordem do saber (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 135).

Diante disso, procuramos identificar, na série de verbetes selecionada, as formas sintático-enunciativas das definições e analisar o modo como essas

formas funcionam como base da produção de determinados discursos. Vamos apresentar em seguida os resultados dessas análises, dividindo a exposição de acordo com as formas de definição encontradas. Note-se que as sequências apresentadas foram recortadas dos verbetes, selecionando-se somente as acepções atuais ligadas à significação dos sujeitos urbanos e deixando-se de lado as etimologias, as acepções antigas e outros domínios do verbe, como os exemplos. Salientamos ainda que, devido à extensão limitada do corpus, as formas aqui apresentadas são apenas algumas dentro de um conjunto mais abrangente a ser considerado na continuidade deste trabalho.

SÉRIE 1: ADJ

vagabundo. *Adj.* Fig. Inconstante, volúvel, leviano. *Bras.* Velhaco, pelintra, canalha, biltre.

Nesta série temos apenas uma definição, a do verbe *vagabundo*. Consideramos aqui somente as definições iniciadas por adjetivo, e não aquelas que apresentam uma série de adjetivos após a definição. Os adjetivos arrolados nesta definição são todos de valor negativo, de modo que se forma um conjunto de adjetivos com essa tendência. Como sustentamos em outro trabalho (NUNES, 2006a), a série sinonímica é muito frequente em dicionários brasileiros e é uma marca da imagem de abundância lexical do dicionário. Os sinônimos substantivais ou adjetivais formam também uma rede de remissões que produz uma repetição dessa série sinonímica, o que leva a uma forte circulação desse discurso figurado, que funciona como índice de uma visão moral ou de uma discursividade crítica. A única marca da significação do espaço nessa série é a indicação de brasileirismo (*Bras*), que localiza no Brasil o uso de algumas dessas palavras com significação figurativa do sujeito.

SÉRIE 2: N ADJ

flanelinha. *S.2g. Bras. RJ* Guardador (3) informal.

marginal. *S.m.* Indivíduo marginal; fora-da-lei.

vadio. *Adj.* Próprio de gente ociosa. 4. Diz-se de estudante pouco estudioso: inaplicado, vagabundo.

vagabundo. *S.m.* 6 Indivíduo vagabundo (1); erradio, mundeiro, nômade, troca-pernas, **vagabundo.** 7. *Bras.* Indivíduo desocupado, ocioso, vadio.

Esta série é composta por definições com nome e adjetivo, sem a presença de ações verbais. O sujeito aparece significado com nomes individualizantes gerais como "indivíduo" (em *marginal* e *vagabundo*) e "gente" (em *vadio*), e nomes de ocupação como "guardador" (*flanelinha*) e "estudante" (em *vadio*). Estes últimos localizam o sujeito em uma ocupação ou categoria

específica, direcionando os sentidos, no caso, para os discursos trabalhista (trabalho informal ou desocupação) e estudantil (o estudante inaplicado). Aqui também é marcante o lugar dos adjetivos, pois eles acompanham os nomes atribuindo-lhes certas características que significam o modo de trabalho (*informal*), o modo de estudo (*inaplicado*, *pouco estudioso*), uma posição em relação ao jurídico (*marginal*; *fora-da-lei*), além de uma série de nomes (*erradio*, *mundeiro*, *nômade*, *troca-pernas*) e adjetivos (*desocupado*, *ocioso*, *vadio*) que funcionam ao modo das séries sinonímicas tal como apontado no item anterior (ADJ). Assim, o que prevalece na série é a significação do sujeito trabalhador, do estudante e do marginal (*fora-da-lei*), assim como as significações negativas dos adjetivos. Quanto à significação do espaço, as únicas pistas são as marcações de brasileiroismo (BRAS) e regionalismo (RJ), de modo que o "guardador informal" é situado em uma região específica: o Rio de Janeiro, e a definição com série de adjetivação negativa (*Indivíduo desocupado*, *ocioso*, *vadio*) é localizada como uso brasileiro.

SÉRIE 3: SN DE SN

carroceiro. *S.m.* Condutor de carroça.

lixeiro. *S.m. Bras.* Carregador de lixo.

população. *S.f.* 1. O conjunto de habitantes de um território, de um país, de uma região, de uma cidade, etc. 2. O número desses habitantes. 3. Conjunto de pessoas pertencentes a uma determinada categoria num total de habitantes.

Nesta série, nota-se a predominância de definições com nome sem adjetivações, o que produz um efeito de objetividade. Assim como nas séries anteriores, a concisão da forma faz com que haja poucas determinações do espaço, com exceção do verbete "população". Em *carroceiro* e *lixeiro*, aparecem nomes que significam o sujeito por meio de alguma ocupação (*condutor*, *carregador*). Assim como o nome "guardador", da série anterior, não se trata de uma ocupação formal, de uma profissão, mas sim de uma atividade. A regularidade morfológica (repetição do sufixo *-eiro*) indica uma definição que explica a formação morfológica da palavra. Com isso, não aparecem outras determinações desse sujeito e nem a localização espacial. Já o verbe "população" apresenta uma diferença em relação a todas as definições analisadas até aqui: ela traz na primeira acepção uma significação do espaço (*O conjunto de habitantes de um território, de um país, de uma região, de uma cidade, etc.*). O primeiro nome definidor (*conjunto*) localiza a significação no espaço matemático, calculável. Já o nome *habitantes* significa o sujeito pelo sentido da moradia. Mas, o que marca a singularidade dessa definição é a sequência de demarcação do espaço (*de um território, de um país, de uma região, de uma cidade*). Assim, a população é um coletivo contável que se insere em cada um desses espaços. A segunda acepção (*o número desses habitantes*) retoma por co-referência

a primeira definição, reinscrevendo o discurso matemático, enquanto a última acepção, que também reforça o discurso matemático, acrescenta a isso uma divisão por categorias sociais e econômicas. Temos assim, um sujeito coletivo contável em suas divisões geográficas, administrativas e socioeconômicas.

SÉRIE 4: (AQUELE) QUE SV

andarilho. *S.m.* 1. Aquele que anda muito.

carroceiro. *S.m.* 2. Aquele que faz fretes com carroça.

catador. *Adj.* 1. Que cata *S.m.* 2. Aquele ou aquilo que cata.

delinqüente. *Adj.* 2.g. *S.* 2g. Que ou quem delinqüiu.

errante. *Adj.* 2g. Que erra, que vagueia; vagabundo; erradio; errabundo, nômade, vagante.

mendigo. *S.m.* Aquele que pede esmola para viver, mendicante, pedinte, esmoleiro.

pedinte. *Adj.* 2g. Que pede; pedidor. 2. Que mendiga.

vadio. *Adj.* 1. Que não tem ocupação, ou que não faz nada; ocioso, desocupado, tunante, vagabundo.

vagabundo. *Adj.* Que leva uma vida errante; que vagueia, vagamundo, vadio, erradio, nômade, anejo, mundeiro.

Esta série caracteriza-se pela presença de pronomes indefinidos na primeira posição do enunciado (*aquele que, que*), o que produz um efeito de universalização. Aqui se apresenta novamente a definição por funcionamento morfológico, sem outras determinações. O discurso da concisão tem ares de discurso gramatical e o espaço não aparece significado. Outra característica desta série é a presença de verbos ou sintagmas verbais que indicam ações dos sujeitos: *anda, faz fretes, cata, delinqüiu, erra, vagueia, pede*. Desse modo, aqui se separa o sujeito de sua ação: a ação não está significada na nomeação do sujeito. Quanto à espacialidade, não se indicam os locais onde se realizam as ações. Além do sujeito que pratica a ação, por vezes intensificada por advérbio (*anda muito*), apresenta-se somente o instrumento de trabalho (*a carroça*), como uma fotografia sem fundo do sujeito em ação, acompanhado eventualmente de seu instrumento. O verbete *vadio* tem uma singularidade: a negação da ação do sujeito (*não tem ocupação, não faz nada*). Nem trabalhador formal (*desocupado*), nem trabalhador informal (*ocioso*), o "vadio" não tem fazer, ele se mostra como um sujeito improdutivo. A ausência de nome definidor nesta série faz com que a definição se realize pelo fazer ou não fazer algo, independentemente de uma localidade identificada. As séries sinonímicas acrescentam aos enunciados as discursividades de predominância negativa que formam a circularidade dos verbetes.

SÉRIE 5: SN QUE SV

gari. *S.m.* Empregado da limpeza pública que varre as ruas; lixeiro.

guardador. *S.m.* 3. *Bras. RJ SP* Indivíduo que vigia para os respectivos donos os automóveis estacionados nas ruas, recebendo, em troca, gorjetas do público ou remuneração do Departamento de Trânsito.

marginal. *Adj.* 2g. 6. *Bras.* Diz-se de pessoa que vive à margem da sociedade ou da lei como vagabundo, mendigo ou delinqüente; fora-da-lei.

pedinte. 3. Pessoa que pede, pedidor. 4. Pessoa que mendiga.

A série SN QUE SV é semelhante à anterior, porém aqui não se utiliza o pronome encabeçando a definição, mas sim um nome de significação geral individualizante (*indivíduo, pessoa*) ou nome que significa uma ocupação formal (*empregado*). Note-se que o pronome *que* posiciona como sujeito do verbo o nome que inicia o enunciado. O caso da nomeação de um sujeito por sua condição de *empregado* é uma novidade em relação aos enunciados anteriores: o *gari* é definido como um trabalhador formal (*empregado da limpeza pública*), e assim a relação contratual desponta no enunciado definidor. O espaço público aí é indicado como adjetivação da atividade (*a limpeza pública*). Na sequência da definição, surge a atividade cotidiana do sujeito (*que varre as ruas*) com local especificado: *as ruas*. Assim, trabalho e espaço se unem na definição do *gari*, diferentemente do que ocorre com a definição do *lixeiro*, que, como vimos mais acima, é definido por meio de uma atividade não formalizada (*carregador de lixo*). O verbete "guardador" também localiza os sujeitos no espaço das ruas, porém aí vemos uma distinção entre o privado e o público: os "donos" dos carros e o "público", as gorjetas e a remuneração do Departamento de Trânsito. O guardador é um sintoma das mudanças do espaço público, que apontam para uma maior presença do privado em detrimento do público. Observe-se que essa definição é marcada com brasileiro e regionalismo do Rio de Janeiro e de São Paulo, cidades de grande crescimento populacional no período que precede à feitura do dicionário, o que determina o discurso da segurança (*que vigia*). Passando ao verbete *marginal*, vê-se que a locução adverbial "à margem da sociedade ou da lei" caracteriza mais uma distinção social do que um lugar geográfico. Além disso, a definição é introduzida pelo "diz-se de", que remete à definição a um discurso-outro, a um dizer generalizado. O *marginal* funciona como uma categoria mais ampla que abriga o *vagabundo*, o *mendigo*, o *delinqüente* e os situa no discurso sociológico e jurídico, fora da sociedade e da lei. Por fim, o verbete *pedinte* traz uma definição morfológica, que ressalta o ato de *pedir*, de *mendigar*, trazendo de volta o discurso conciso das atividades ritualizadas dos sujeitos.

3. A significação do sujeito no espaço público: definição e formas do silêncio

Da análise das formas de definição depreendemos algumas regularidades e singularidades das séries. Saliente-se, em primeiro lugar, a

concisão dos enunciados definidores dos sujeitos, com poucas determinações dos espaços e das circunstâncias, sobretudo nas séries de 1 a 4 (ADJ; N ADJ; SN DE SN; e PRON QUE SV), enquanto a série 5 (SN QUE SV) acrescenta algumas marcas como a significação do trabalho formal e a coexistência do público e do privado.

A regularidade das definições morfológicas constrói a imagem de um sujeito que faz, mas que poucas vezes é situado no espaço: o fazer é inerente ao sujeito e o espaço é silenciado (conforme "carroceiro": *condutor de carroça*). Quando essa regularidade é interrompida, como em *gari (empregado da limpeza pública que varre as ruas)*, desponta a distinção entre o trabalhado formal e o informal, assim como a identificação de uma localidade, como a *rua*, de modo que o espaço público aparece como enquadramento quando há um trabalho formal.

Uma outra exceção à série concisa está na definição de *população*, que é significada por um sujeito coletivo contável (*conjunto de habitantes*) no discurso matemático e administrativo que torna os espaços e os sujeitos mensuráveis: a *população* é matematizável, calculável, e está em todo lugar. Buscando compreender a cidade conforme Orlandi (2004, p. 14), como "lugar não vazio, mas em que sujeitos vivem, em quantidade e em concentração e divergência", parece-nos que os sentidos de população aí colocados metaforizam os sujeitos no discurso matemático e administrativo, enquanto as formas concisas das definições silenciam as divergências entre os sujeitos e o enquadramento da cidade, como se o sujeito se encontrasse em um lugar vazio. Lembremos que os espaços do Brasil (brasileirismo) e somente as regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo apareceram no *corpus*, ao passo que os espaços internos da cidade são pouco descritos.

A significação negativa, por vezes figurada, dos sujeitos é outra regularidade que encontramos. Os sujeitos no espaço público tendem imaginariamente a não serem "bons sujeitos", conforme se nota em séries sinonímicas que incluem em sua circularidade nomes e adjetivos como *desocupado, ocioso, vadio, marginal, fora-da-lei*. Esse discurso figurativo, moral, evoca uma memória lexicográfica que vem dos dicionários do final do século XIX no Brasil, como o de Macedo Soares (1889), quando o povo brasileiro era definido nos dicionários, trazendo-se as marcas do período escravocrata excludente do qual se começava a sair, e que ainda se mostrava na língua pelas definições figuradas e pejorativas (cf. NUNES, 2006). A permanência dessas formas nos dias atuais, ainda que com alguns deslocamentos, assinala a repetição da vertente sinonímica, com séries de nomes e adjetivos que significam negativamente os sujeitos.

Já indicamos algumas formas de silêncio que decorrem da formulação das definições, ou seja, um silêncio constitutivo (cf. ORLANDI, 1992) que faz com que, ao se formular o enunciado definidor, sejam silenciadas certas formas

sintáticas e certos discursos que significam o espaço público. Vamos agora apontar outras formas de silêncio constitutivo que têm a ver, desta vez, com a relação das definições com os discursos em circulação na atualidade, ou seja, com a relação do discurso lexicográfico com os discursos cotidianos, midiáticos, administrativos, ecológicos, dentre outros.

Tomemos o caso do aparecimento de algumas nomeações dos sujeitos urbanos. Com a disseminação do discurso ecológico, os nomes "agente ambiental" e "catador de materiais recicláveis" vêm co-ocorrer com, e por vezes substituir, os nomes *lixeiro* e *gari*, funcionando como categoria mais geral. Veja-se a seguinte sequência de discurso retirada do sítio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis¹ em cotejo com a definição de *catador* no dicionário Aurélio (*Aquele que cata*):

Por essa razão é que acreditamos fielmente que o incentivo à auto-organização dos catadores é a única saída para tornar o trabalho digno e sustentável, só assim será possível gerar trabalho e renda, fazer inclusão social de fato, abastecer a cadeia produtiva de recicláveis de maneira justa, preservar o meio ambiente e combater a exploração.

A coleta porta-a-porta, a interação com a comunidade e a capacitação constante de seus cooperados e associados são formas de garantir novo sentido à atividade de catação e à função do catador como trabalhador e agente ambiental.

Os discursos ecológicos trazem inúmeras ressignificações de termos como "lixo", "lixão", "lixeiro", introduzindo outros nomes como "catador de materiais recicláveis", "agente ambiental", "reciclagem", etc. e ligando-os a noções como as de "auto-organização", "trabalho digno e sustentável", "cadeia produtiva de recicláveis", "meio ambiente", "comunidade", "cooperados", etc. Comparando-se com a definição do dicionário, as lacunas ficam bem explicitadas.

Consideremos também o discurso do Governo Federal sobre a chamada "população em situação de rua", locução que não se encontra nos dicionários Aurélio e Houaiss. A locução "População em Situação de Rua", atribui novos sentidos aos sujeitos no espaço público, tal como vemos na citação abaixo:

No que se refere à população em situação de rua, as características identificadas compõem uma noção que a concebe como um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a

¹ Ver em: <http://www.mncr.org.br>

inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem utilizam os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, na busca de saída das ruas. É uma noção em construção (SILVA, 2009, p. 263).

Há também a palavra "trecheiro", que significa um sujeito nômade que percorre certos trechos nas cidades ou entre as cidades, como se nota na seguinte sequência:

Aquele homem carregando sua própria condição me inquietou. Tempos depois soube pelo meu amigo Anselmo, estudante de Psicologia da Unesp, em Assis, que o interior de São Paulo está cheio deles. São chamados de *pardais*. Desgarrados, nômades, vagabundos, eles pulam de cidade em cidade, não se fixando em lugar nenhum. Também são conhecidos como *trecheiros*, pois vivem nas estradas de um trecho para outro. Alguns prefeitos "bondosos" até alugam ônibus e despacham os *pardais* para lugares distantes (AZEVEDO, 2008).

Não vamos nos deter nas análises desses discursos. Queremos somente dizer que, se estendemos esse procedimento de busca para outras palavras e discursos da atualidade, perceberemos que há todo um corpus discursivo proveniente de discursos administrativos, governamentais, de movimentos sociais, de sujeitos urbanos, da mídia, de textos literários, etc. disponível para a identificação de sentidos atuais ausentes nos dicionários, ou que trazem diferentes discursos definidores em relação às definições lexicográficas.

A fim de trazer espessura histórica e discursiva aos dicionários, bem como de trabalhar uma visão de cidade que não estacione na concepção técnica do espaço e na visão matematizável dos sujeitos, a análise das definições e a leitura do corpus de textos citadinos, mediadas pela consideração das formas de silêncio, são procedimentos que se conjugam na identificação de lacunas, de divergências entre os enunciados definidores, e de diferentes posições a partir das quais a cidade é definida. Assim, forma-se um espaço polêmico das definições lexicográficas, cotejadas com aquelas presentes nos textos em circulação.

Referências

- ABRAHÃO, S. L. **Espaço Público: Do urbano ao político.** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- AZEVEDO, C. **Nomadismos Contemporâneos** - Resenha. Disponível em: <<http://www.cronopios.com.br/site/resenhas.asp?id=3610>>. Acesso em: 30.nov.2010.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prêt à parler: Le dictionnaire.** Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- FERREIRA, A. B. de H. **Aurélio século XXI - O dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: Análise e história do século XVI ao XIX.** Campinas: Pontes; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: Paperp, 2006a.
- _____. Lexicologia e Lexicografia. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI FONTANA, M. (orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem - A palavra e a frase.** Campinas, SP: Pontes, 2006b.
- ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. **Cidade dos Sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. **Discurso e Políticas Públicas Urbanas: A fabricação do consenso.** Campinas: RG, 2010.
- SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.